

Linguística e retórica

Linguistics and Rhetoric

José Luiz Fiorin

Universidade de São Paulo

RESUMO

Este artigo discute o que a linguística, a despeito de sua constituição como ciência no período compreendido entre o século XIX e a primeira metade do século XX, tem herdado da retórica. Procura mostrar que a retórica desempenha um forte papel na linguagem, isto é, que existe uma dimensão argumentativa que faz com que a retórica perturbe a gramática da língua e também o que se admite ser uma lógica da linguagem. Tais considerações apontam para a perspectiva de se repensar o ensino das línguas vernáculas, de modo a resgatar as contribuições da retórica que põem em destaque a visão humanista de que os discursos podem transformar os indivíduos e as relações que estabelecem entre si.

Palavras-chave: linguística; retórica; ensino de língua vernácula; argumentação

ABSTRACT

This article discusses what Linguistics, despite its constitution as a science in the period between the 19th century and the first half of the 20th century, has inherited from rhetoric. We aim to show that rethoric plays a strong role in the language, that is, there is an argumentative dimension that makes rhetorics disturb the grammar of language and also which is admitted as a logical language. Such considerations point out the prospect to rethink the teaching of vernacular languages, in order to rescue the contributions of rhetorics that highlight the humanistic vision, according to of the speeches can transform individuals and the relations that they establish among themselves.

Keywords: Linguistics; Rhetoric; Teaching of vernacular languages; Argument

Na Antiguidade e na Idade Média, o campo dos estudos linguísticos repartia-se em três disciplinas, a dialética, a retórica e a gramática, o trivium dos medievais. A dialética trata dos enunciados em sua relação com os objetos que supostamente eles representam e, por isso, tem a finalidade de distinguir o verdadeiro do falso. A retórica estuda os meios de persuasão criados pelo discurso e analisa, nos enunciados, os efeitos que eles podem produzir nos ouvintes. A gramática é a ciência dos enunciados considerados em si mesmos, ou seja, é o domínio do conhecimento que busca apreender os conteúdos e analisar os elementos da expressão que os veiculam. Essas três artes constituem-se progressivamente do fim do século V a. C. (a época dos sofistas) até por volta do século I a. C., quando encontram um ponto de equilíbrio em sua delimitação recíproca.

A linguística constitui-se como ciência num momento de declínio da retórica, período compreendido entre o século XIX e a primeira metade do século XX, quando Victor Hugo proclamava *Guerre à la rhétorique, paix à la syntaxe* (1973, I, 7). Bender e Wellbery estudam as condições discursivas que levaram ao declínio da retórica (1990). Em primeiro lugar, a definição de um ideal de transparência, objetividade e neutralidade do discurso científico com base na concepção de que a linguagem representa a realidade, o que é incompatível com o princípio da antifonia de que a cada discurso corresponde outro discurso, produzido por outro ponto de vista, o que significa que o discurso constrói a maneira como vemos a realidade. Em oposição a essa primeira condição discursiva de declínio da retórica, surge um ideal paradoxalmente contrário para o discurso literário, o de originalidade, individualidade e subjetividade, o que conflita com a ideia de um estoque de lugares comuns e de procedimentos à disposição do escritor. Em terceiro lugar, ocorre a ascensão do liberalismo como modelo do discurso político, que pretende que as escolhas dos agentes políticos são pautadas pela racionalidade, o que é inconciliável com o ideal de persuasão que está na base da retórica. Em quarto, o modelo de comunicação oral é substituído por um modelo de comunicação escrita, o que deixa em segundo plano a eloquência que serviu de ponto de partida para a criação da retórica. Finalmente, com a emergência dos Estados-nação e com o papel que adquirem as línguas nacionais dentro desse novo quadro, o latim deixa de ser a referência cultural. O positivismo científico e a estética romântica foram os paradigmas

discursivos que não admitiam mais o papel exercido pela retórica por mais de dois milênios.

A linguística moderna surge quando Saussure, no Curso de Linguística Geral, estabelece seu objeto (1969). Dentro do objeto empírico, a linguagem humana, o mestre genebrino vai recortar o objeto teórico da ciência da linguagem, a língua. Esta é a parte social da linguagem, que possibilita o exercício da fala. Nela, existem oposições de sons e de sentidos e regras combinatórias de unidades. No primeiro capítulo do Curso, Saussure traça uma visão geral da história da linguística e considera que “a ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto”: a gramática, a filologia e a gramática comparada (1969, p.7). Apesar de Saussure considerar que a gramática, inaugurada na tradição ocidental pelos gregos, era um objeto muito estreito, pois era “uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação”, que visava “unicamente a distinguir as formas corretas das incorretas”, não deixa de reconhecer a filiação da linguística à gramática. A linguística, em seu início, não tem qualquer relação com a retórica ou a dialética. Por isso, estuda do som ao período e nada tem a dizer sobre o texto, que era uma unidade da fala e não da língua.

Na segunda metade do século XX, novas condições discursivas alteram, conforme Bender e Wellbery (1990), as premissas culturais hostis à retórica e assiste-se, então, a seu renascimento. Em primeiro lugar, o século XX liquidou o ideal de objetividade e neutralidade científica do positivismo. Muitos teóricos (por exemplo, Heisenberg e Gödel) mostram que os dados de observação não são neutros. Por outro lado, começa-se a verificar, conforme modelo difundido por Thomas Kuhn, que as ciências são construções dentro de determinados paradigmas. Em segundo lugar, a arte moderna solapa a noção de subjetividade fundadora da estética romântica. Com o surrealismo e, mais ainda, o dadaísmo, a experiência estética é vista como um jogo de forças inconscientes e linguísticas em relação a que o sujeito está descentrado. O ideal de originalidade é relativizado. Em terceiro lugar, o modelo de comunicação política é encarnado na publicidade, no marketing, nas relações públicas, em que a racionalidade dos agentes não é mais um axioma. O que se pretende é persuadir, isto é, convencer ou comover, ambos meios igualmente válidos de conduzir à admissão de determinada ideia. Com o

advento das novas mídias, o modelo de comunicação escrita sofre um abalo, pois, como mostrou McLuhan, há uma relação profunda entre a nova cultura da imagem e a cultura oral pré-clássica (1969). Finalmente, revalorizam-se o poliglotismo, os dialetos, os jargões. É no bojo dessas condições discursivas que se produz uma mudança na linguística que possibilita sua aproximação com a retórica.

Emile Benveniste, que se considera um discípulo de Saussure, começa a se perguntar como é que se passa da virtualidade da língua para a realização da fala. Mostra que existe uma instância de mediação entre a língua e a fala. Uma instância é um conjunto de categorias que cria um dado domínio. Assim, essa instância de mediação é o conjunto de categorias que permite a passagem da língua para fala. São as categorias criadas no ato de dizer: a pessoa (eu é aquele que fala, tu é aquele com quem se fala), o tempo (agora é o momento da enunciação e, a partir do agora, criam-se os outros tempos linguísticos) e o espaço (aqui é o espaço do eu e, a partir dele, estabelecem-se as outras localizações espaciais) (1974, p. 79-88). A enunciação é, assim, a instância do ego, hic et nunc. É, pois, o ato de apropriação individual da linguagem (1976, p. 284-293). Benveniste deixa patente que a enunciação é o ato de pôr em funcionamento a língua. Põe-se a língua em funcionamento, quando ela é assumida por um eu, que cria tu, num espaço e num tempo determinados, numa relação de comunicação.

Quando Benveniste demonstra que há uma instância linguística a mediar a passagem da língua para a fala, ele deixa de considerar a fala como o reino individual da liberdade e da criação, como fizera Saussure. Benveniste começa a mostrar-nos que o produto da enunciação é regrado, é social. Saussure pergunta-se num ponto do Curso de linguística geral se a fala tem alguma coisa de regular (1969, p. 26-28). Benveniste vai evidenciar que tem. Assim, ele cria um novo objeto para Linguística: o discurso, que é a atividade social da linguagem. Até então, a maior unidade de que se ocupava a linguística era o período. Com Benveniste, a ciência da linguagem passa a operar com unidades transfrásticas, o que permite criar uma linguística que tenha como unidade o texto, plano de manifestação do discurso. É essa linguística e não a da frase que se avizinha da retórica.

O primeiro trabalho a propugnar uma aproximação da linguística com a retórica talvez tenha sido o célebre texto de Jakobson intitulado Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia (1963, p. 43-67). Nele, o linguista russo aponta que

há uma relação profunda entre uma dicotomia fundamental da linguística saussuriana, paradigma vs. sintagma, e dois processos semânticos (ou mentais), a similaridade e a contiguidade, uma vez que o paradigma se constrói sobre liames de similaridade, enquanto o sintagma, sobre conexões de contiguidade. Esses dois processos geram as duas classes em que se repartem todos os tropos: a metáfora, construída sobre uma relação de similaridade e a metonímia, sobre uma relação de contiguidade. Jakobson funda uma semântica de base, em que se os sentidos são gerados metafóricamente e metonimicamente. Esses processos estão associados à condensação e ao deslocamento, que Freud havia considerado constitutivos do sonho e do chiste.

A metáfora e a metonímia não são processos apenas da linguagem verbal (Jakobson, 1963, p. 63). Em todas as outras linguagens (a pintura, a publicidade, etc.) usam-se metáforas e metonímias. Os signos de orientação de usuários em locais públicos ou nas estradas (indicação de restaurantes, de banheiros, etc.) são em geral metonímicos. É o caso de uma placa com talheres, que indica a existência de um restaurante, ou com uma cama, que aponta para a presença de um lugar para alojar-se. O quadro *Guernica*, de Picasso, é metonímico. Ele é constituído de elementos que se implicam para mostrar o horror da guerra. No quadro, não há cor, apenas cinza, branco e negro. Nele, não há relevo. A cor e o relevo são dois elementos com que a natureza se dá a conhecer ao homem. Eliminá-los é mostrar que não existe mais natureza e vida, mas tão somente a morte. As figuras dos caídos, bem como as coisas representadas (a lâmpada a querosene, a lâmpada elétrica, as chamas do incêndio, o touro) mostram que os aviadores alemães destruíram a vida, considerada tanto do ponto de vista da natureza quanto da história. *Guernica* representa o horror da guerra, com seu cortejo de destruições. Com ela desaparece a vida, desaparece a arte, desaparece a civilização. Já o quadro *Sono*, de Dalí, é metafórico. Nele, representa-se uma cabeça segura por frágeis forquilhas. Tem-se a impressão de que, se uma cair, tudo desabar. Há uma interseção sêmica entre "cabeça segura por forquilhas" e "sono": a precariedade, a efemeridade.

Como mostra Jakobson, todos os processos simbólicos humanos, sejam eles sociais ou individuais, organizam-se metafóricamente e metonimicamente (1963, p. 65-66). Agatha Christie criou dois detetives, que têm grande importância em sua obra

porque aparecem como figuras-chave em vários romances: Poirot e Miss Marple. O processo de descoberta dos dois é completamente diverso. O de Poirot é metonímico: a partir de um dado indício (parte), ele reconstrói o crime, por meio de uma série de implicações. O de Miss Marple é metafórico: ela percebe analogias entre o crime que está investigando e um outro já ocorrido. Termina sempre afirmando que o mal é sempre igual. Poderíamos tirar conclusões sobre os estereótipos sociais a respeito dos papéis tradicionais da mulher e do homem, quando vemos, na obra da escritora inglesa, que este raciocina por implicações e aquela, por analogia.

Para Jakobson, a metáfora e metonímia são também processos de construção de unidades transfrásticas, pois, segundo ele, os tópicos de um texto podem encadear-se metafórica e metonimicamente (1963, p. 61). A partir daí, ele estabelece uma classificação das escolas literárias com base na maneira prototípica de textualizar: o romantismo e o simbolismo seriam metafóricos, enquanto o realismo seria metonímico.

Ao lado do esforço de Jakobson de fundamentar uma semântica na similaridade e na contiguidade, conservando, pois, apenas dois termos da antiga elocutio, a metáfora e a metonímia, que não denotam mais figuras ou tropos particulares, mas dois processos semânticos (ou mentais) universais, a similaridade e a contiguidade, certo número de tentativas foram feitas para estudar o conjunto de tropos e de figuras. Nelas, parte-se da ideia de que a organização tradicional das figuras (por exemplo, figuras de palavras, figuras de pensamento e figuras de construção) não é, de um rigoroso ponto de vista metodológico, satisfatória e pensa-se em outros critérios para classificar e nomear as figuras. É o caso, por exemplo, do trabalho do Grupo μ . Esse grupo parte de fundamento clássico para estabelecer uma sistematização das figuras (1974, p. 72-201): a quadripartita ratio, que se compunha de quatro operações, adiectio, detractio, immutatio e transmutatio (Quintiliano, 9, 1, 5, 38). Essas operações incidem sobre os constituintes de diferentes níveis, gerando quatro grupos de figuras: metaplasmos, metataxes, metassememas e matalogismos. Os dois primeiros grupos operam no nível da expressão e os dois últimos, no do conteúdo.

Essa retórica incorporada à linguística parte de um pressuposto radicalmente diferente do das retóricas tradicionais, que se pretendiam artes (conjuntos de

procedimentos disponíveis para o orador e o escritor). O que se faz agora é descrever o que ocorre no discurso oral ou escrito e que escapa à intenção consciente do enunciador. Na verdade, o que se busca é descrever uma competência retórica inconsciente à maneira da competência linguística postulada por Chomsky. O que se quer estabelecer é um construto teórico responsável pela discursivização. Isso significa que não se almeja mais construir uma retórica, entendida como uma estratégia consciente visando a produzir determinados efeitos no auditório, mas busca-se analisar a retoricidade de toda operação de linguagem.

Roland Barthes, no ano letivo de 1964-1965, dirige um seminário sobre a retórica antiga e publica, em 1970, um longo texto sobre o tema no número 16 da revista *Communications* (In: Cohen et alii, 1975, p. 147-221). Pelo prestígio de que gozava o autor, esse texto teve grande influência sobre a imagem positiva da retórica entre linguistas, semiólogos e semioticistas. Nele Barthes não propugna abertamente a continuidade entre a tradição retórica e a teoria literária. No entanto, o próprio interesse de Barthes pelo tema estabelece uma ponte entre esses dois domínios do conhecimento. Na verdade, Barthes explora a retórica antiga para construir uma semiologia. Por isso, encanta-se com a “modernidade” de certas formulações da retórica antiga:

...o que não quer dizer que, durante essa pesquisa, eu não tenha vibrado muitas vezes de excitação e admiração, diante da força e da sutileza desse antigo sistema retórico e diante da modernidade de algumas de suas proposições (In: Cohen et alii, 1975, p. 147).

Apesar de maravilhar-se com a modernidade de algumas proposições da retórica antiga, o que Roland Barthes faz é resumir a tradição retórica, fazendo sua história dos primórdios até seu declínio no século XIX e procurando expor a complexidade do sistema retórico. Aqui e acolá estabelece relações entre essa tradição e a moderna ciência da linguagem. Por exemplo,

Em que medida exata e sob que reserva a ciência da linguagem tomou sob sua responsabilidade a antiga retórica? Houve primeiramente passagem para uma psicoestilística (ou estilística da expressividade). Mas hoje onde o mentalismo

linguístico é perseguido? De toda a retórica, Jakobson conservou somente duas figuras, a metáfora e a metonímia, para transformá-las no emblema dos dois eixos da linguagem. Para alguns, o formidável trabalho de classificação realizado pela antiga retórica parece ainda utilizável, principalmente se o aplicarmos a campos marginais da comunicação ou da significação tal como a imagem publicitária, em que ele ainda é de praxe. Em todo caso, essas avaliações contraditórias demonstram bastante a ambiguidade atual do fenômeno retórico: objeto prestigioso de inteligência e de penetração, sistema grandioso que uma civilização inteira, em sua amplitude extrema, aperfeiçoou para classificar, ou melhor, para pensar a sua linguagem, instrumento de poder, lugar de conflitos históricos, cuja leitura se torna apaixonante se recolocarmos tal objeto na história múltipla em que ele se desenvolveu; mas também objeto ideológico, que cai na ideologia pelo avanço dessa “outra coisa” que lhe tomou o lugar e hoje o obriga a manter uma indispensável distância crítica (In: Cohen et alii, 1975, p. 178).

No final de seu texto, Barthes procura extrair da tradição retórica problemáticas que servissem aos estudos contemporâneos. Para ele, há três prolongamentos possíveis dos estudos retóricos (In: Cohen et alii, 1975, p. 220-221). O primeiro é uma história da retórica, assentada em novos métodos, que poderia trazer novas luzes, sobre muitos aspectos de nossa literatura, de nosso ensino e de nossas instituições. O segundo é que a retórica poderia ser um método de análise da cultura de massas, dado que esta tem uma relação profunda com a retórica aristotélica, já que são fundadas ambas no maior número, na opinião corrente, na dóxa, na verossimilhança. O terceiro é mais surpreendente. Para ele, “nossa literatura, formada pela retórica e sublimada pelo humanismo, nasceu de uma prática político-judiciária”. Por isso, um caminho de continuação dos estudos retóricos é um programa de linguagem revolucionária:

...reduzir a retórica à categoria de objeto total e puramente histórico, reivindicar com o nome de texto, de escritura, uma nova prática da linguagem e nunca se separar da ciência revolucionária representam um único e mesmo trabalho (In: Cohen et alii, 1975, p. 221).

Barthes colocou a retórica entre as novas ciências da linguagem, despertando o desejo de construção de uma nova retórica.

Como se disse anteriormente, o texto de Barthes apareceu no número 16 da revista *Communications* (1970), cujo tema era “pesquisas de retórica”. Nesse volume, publicaram também Jean Cohen, Tzvetan Todorov, Grupo μ , Pierre Kuentz. Todos tomavam a retórica como um tratado de figuras ou mesmo como uma teoria da metáfora. Nesse mesmo número, entretanto, há um artigo de Gerard Genette (In: Cohen e alii, 1975, p. 129-146), intitulado *A retórica restrita*, em que ele deplora que a retórica tenha sido reduzida a uma tropologia, perdendo, assim, sua dimensão argumentativa. Propõe uma volta da retórica a toda sua amplitude.

Barthes e todos os outros autores de número 16 de *Communications* continuam a ver a retórica como arte e como técnica (muitas vezes restrita ao estudo das figuras). Apesar de colocá-la entre as modernas ciências da linguagem, de restituir-lhe uma dignidade que sempre tivera, não percebem uma retoricidade geral da linguagem na esteira dos estudos de Vico e Nietzsche, que Derrida vai valorizar.

Há, pois, duas direções da aproximação da linguística com a retórica: uma é a que considera que há uma retoricidade geral, que é a condição mesma da existência da produção discursiva; outra, que vê a retórica como um instrumento ainda válido de análise discursiva e que busca repensar a retórica antiga à luz das modernas descobertas da ciência da linguagem.

Interessa-nos aprofundar um pouco a primeira vertente. Duas disciplinas linguísticas aproximam-se da retórica e herdaram-na: a pragmática e os estudos discursivos.

A pragmática é o estudo da linguagem em uso, em ação. Isso implica, de um lado, perceber que muitos enunciados só podem ser entendidos numa situação concreta de fala. Isso faz a pragmática aproximar-se dos paradoxos e dos jogos de linguagem dos sofistas. Certa ocasião, perguntaram a Sérgio Buarque de Holanda se o Chico Buarque era filho dele e ele respondeu: - Não, o Chico não é meu filho, eu é que sou pai dele. Por outro lado, qualquer ato de linguagem tem uma direção argumentativa, o que significa que a argumentatividade e, por conseguinte, a persuasão é da natureza mesma da linguagem. É muito diferente a direção argumentativa em frases como: Ele é um bom jogador, mas é problemático e Ele é problemático, mas é um bom jogador.

Na pragmática, desenvolve-se uma da teoria dos atos de fala. Para distinguir os constativos dos performativos, Austin (1990) vai discutir mais profundamente a questão: que é que se faz, quando se diz alguma coisa? Nota que, quando se diz algo, realizam-se três atos: o ato locucionário (ou locucional); o ato ilocucionário (ou ilocucional) e o ato perlocucionário (ou perlocucional).

O ato locucionário é aquele que ocorre enunciando uma frase, é o ato linguístico de dizer. O ilocucionário é o que tem lugar na linguagem. O perlocucionário é o que se realiza pela linguagem. Assim, quando se toma a frase Advirto-o a não mais fazer isso, há o ato de dizer, de enunciar cada um dos elementos linguísticos componentes da frase. É o ato locucional. Quando se enuncia essa frase, produz-se o ato da advertência, que se realiza na linguagem, no próprio ato de dizer. No caso, esse ato está inclusive marcado com a forma verbal advirto. É o ato ilocucional. Há ainda mais um ato, que é o resultado do ato de linguagem e do ato ilocucional proferido e que depende do contexto da enunciação. Quando se enuncia a frase acima, o resultado pode ser a persuasão do interlocutor. Assim, é um ato que não se deu na linguagem, mas pela linguagem. É o ato perlocucional. O ato ilocucional tem um aspecto convencional, ou seja, está marcado na linguagem, enquanto o ato perlocucional não. O que significa estar marcado na linguagem? Significa que o ato ilocucionário pode ser explicitado pela fórmula performativa correspondente. Assim, na frase Não se preocupe, eu virei amanhã, o ato ilocucionário só pode ser a promessa, porque, nesse contexto, só se pode explicitar esse ato pela fórmula performativa prometo. O ato perlocucional é um efeito eventual dos atos locucional e ilocucional. Assim, por exemplo, a promessa de vir amanhã pode ser sentida pelo interlocutor como uma ameaça. A perlocução é o efeito que se cria no interlocutor com os atos de linguagem.

Ducrot postula que, ao compreender um enunciado, levamos em conta não apenas um componente linguístico, mas também um “componente retórico capaz de prever, levando em conta essas significações e as condições de emprego, o sentido efetivo do enunciado nos diferentes contextos em que seja empregado” (1972, p. 123).

Nos estudos do discurso, a semiótica francesa, por exemplo, reconhece que há dois grandes tipos de textos: os figurativos, que criam simulacros do mundo, e os temáticos, que se destinam a explicar os universos de discurso. Isso significa que a

dimensão tropológica da linguagem, que é mais evidente na literatura, está presente em todos os gêneros. A figurabilidade é a condição da existência mesma do discurso.

Claude Zilberberg observa que o problema da afetividade, do sensível foi deixado de lado na constituição da linguística. Isso correspondeu a sua “desretorização” (2006, p. 179). A semiótica narrativa e discursiva tem como fontes principais a linguística, a antropologia estrutural e a narratologia de Propp. Buscou também contribuições na fenomenologia e na psicanálise. No entanto, ignorou a retórica. Hoje é preciso voltar à retórica e incorporá-la à semiótica. Para Zilberberg, isso corresponde à inclusão dos afetos na teoria, ao abarcamento da dimensão estética do discurso. Afinal, a retórica tinha entre seus objetivos, não apenas docere ou probare, que concerne ao componente inteligível do discurso, mas também delectare ou placere e movere ou flectere (Cícero, 1921, I, 21, 69, Quintiliano, 1980, XII, 2, 11), que dizem respeito ao componente afetivo do discurso. Tomemos um exemplo: a questão das múltiplas leituras de um texto;

A isotopia é a recorrência, ao longo de uma cadeia sintagmática, de categorias sêmicas que garantem a unidade ao discurso (Greimas e Courtès, 1979, p. 197). É a isotopia que estabelece que leituras devem ou podem ser feitas de um texto. Uma leitura não tem origem na intenção do leitor de interpretar o texto de uma dada maneira, mas está inscrita no texto como virtualidade. Há textos pluri-isotópicos, que admitem várias leituras, mas todas elas estão inscritas no texto como possibilidades. Neles, os mesmos elementos têm mais de uma interpretação, segundo o plano de leitura em que forem analisados. Essas diferentes leituras podem relacionar-se metafórica ou metonimicamente. Para explicar isso, tomemos como exemplo um trecho do poema *Alguns toureiros*, de João Cabral de Melo Neto.

Mas eu vi Manuel Rodriguez,
Manolete, o mais deserto,
o toureiro mais agudo,
mais mineral e desperto,

o de nervos de madeira,
de punhos secos de fibra,
o de figura de lenha,

lenha seca da caatinga,

o que melhor calculava
o fluido aceiro da vida,
o que com mais precisão
roçava a morte em sua fímbria,

o que à tragédia deu número,
à vertigem, geometria,
decimais à emoção
e ao susto, peso e medida,

sim, eu vi Manuel Rodriguez,
Manolete, o mais asceta,
não só cultivar sua flor
mas demonstrar aos poetas:

como domar a explosão
com mão serena e contida,
sem deixar que se derrame
a flor que traz escondida,

e como, então, trabalhá-la
com mão certa, pouca e extrema:
sem perfumar sua flor,
sem poetizar seu poema (1989, p. 156).

O poeta fala, no texto, sobre alguns toureiros que conheceu. O último de que fala é Manolete. Na primeira estrofe do trecho que transcrevemos, ele recebe qualificações, de uma forma ou outra, relativas a mineral; na segunda, ganha qualificações concernentes a vegetal. Seus predicados são a secura, a contenção, a agudeza. Ele é lenha, madeira, fibra (vegetal seco) e não planta; é deserto (figura que lembra a secura, a contenção); é mineral (também evoca o que é seco e

agudo). Esses predicados estão presentes no interior (nervos) e no exterior (figura) do toureiro.

Seus atos são figurativizados pelo percurso da matemática. A vida apresenta uma enorme fragilidade. Nela, a todo momento, roça-se a fímbria da morte. O poeta fala em fluido aceiro da vida (aceiro é um trecho da vegetação que se desbasta para que o fogo não salte para lugares indevidos). O ascetismo, a contenção, a secura de Manolete derivam da consciência dessa fragilidade, da certeza de que qualquer gesto menos preciso pode significar a morte. Por isso, à tragédia, à emoção, à vertigem e ao susto, que poderiam levar à ruptura com a realidade, ele contrapõe o cálculo, a precisão, o número, a geometria, os decimais, o peso e a medida. Os versos seguintes dizem que Manolete cultivava sua flor asceticamente, secamente. A flor é a emoção. É preciso conter a emotividade, domar sua explosão e, depois, trabalhá-la, não permitindo que se derrame. A emoção deve ser pouca. Não se deve nunca perfumar a flor, deixar que uma emotividade descontrolada se espalhe.

Essas estrofes estão referindo-se ao toureiro, cujo trabalho lhe impõe condições tais que a presença da morte é uma constante e a vida existe apesar das circunstâncias adversas.

Três versos de lado não tem lugar no plano de leitura proposto: mas demonstrar aos poetas, sem poetizar seu poema e lenha seca da caatinga. Os dois primeiros não se integram ao plano de leitura proposto, o da vida de um toureiro. Como a atitude de Manolete é um ensinamento para os poetas? Esses versos determinam a criação de outro plano interpretativo: o do ato de poetar. Todas as figuras devem ser lidas agora também nesse plano. O poeta deve ser seco, contido, agudo, domar as emoções, trabalhá-las parcamente. Sua poética deve ser contida, para que, com um gesto menos calculado, não caia ele num esparramamento sentimental.

O último dos três versos leva a um plano de leitura social. Não se trata mais do toureiro espanhol, mas do nordestino (lenha seca da caatinga), que, vivendo em condições extremas, roça a todo instante a fímbria da morte, devendo, pois, com precisão, calcular o fluido aceiro da vida. É seco, contido, doma suas emoções, pois qualquer gesto menos preciso pode significar a ruptura definitiva.

Esse texto admite, pelo menos, três leituras: a do tourear, a do poetar e a do viver no Nordeste brasileiro. Essas leituras relacionam-se metaforicamente, pois há uma interseção de sentido entre elas: a contenção.

Na origem da linguagem estão os tropos, a figuratividade. Quando se observa a história da língua, por exemplo, nota-se que quase todas as palavras têm sentidos oriundos de tropos. Argumento provém da raiz argu, que aparece também na palavra argênteo (= prateado) e que significa "cintilar". Inicialmente, argumento era o que fazia cintilar uma ideia. Essa raiz ocorre também em arguto e argúcia, que se relacionam à inteligência brilhante. Aliás, usar a palavra brilhante para referir-se a um indivíduo ou a suas ações é também um uso figurado.

Além de considerar a figuratividade condição de toda a atividade discursiva, a semiótica reconhece também a argumentatividade presente nos discursos. A argumentação opera com implicações e concessões. A lógica implicativa é a de fazer o que se pode (fez, porque é possível; não fez, porque não é possível); a concessiva é a da impossibilidade (fez, apesar de não ser possível; não fez, apesar de ser possível). A implicação fala das regularidades, a concessão rompe as expectativas e dá acesso à descontinuidade do que é marcante na vida (Zilberberg, 2006, p. 196-197).

Os argumentos repertoriados pela retórica são majoritariamente implicativos. Entram nesse rol, por exemplo, todos os argumentos causais: os que indicam causas mediatas e imediatas, os que evocam causas imediatas para ocultar as mediatas; os que minimizam as causas imediatas para tirar a responsabilidade do presente; os que apontam as causas finais. Na quarta parte do Sermão do Mandato, pregado na Capela Real em 1645, Vieira define o amor fora da lógica implicativa. Se ele tiver causa (porque), não é amor; se ele tiver finalidade (causa final: para que), não é amor:

Definindo S. Bernardo o amor fino, diz assim: Amor non quaerit causam, nec fructum. O amor fino não busca causa nem fruto. Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há de ter porquê, nem para quê. Se amo, porque me amam, é obrigação, faço o que devo; se amo, para que me amem, é negociação, busco o que desejo. Pois como há de amar o amor para ser fino? Amo, quia amo, amo, ut amem: amo, porque amo, e amo para

amar. Quem ama porque o amam, é agradecido, quem ama, para que o amem, é interesseiro: quem ama, não porque o amam, nem para que o amem, esse só é fino. E tal foi a fineza de Cristo, em respeito a Judas, fundada na ciência que tinha dele e dos demais discípulos (1959, p. 336).

Novas retóricas também começam a ser esboçadas, como a de Perelman e Tyteca (1970). Os autores, insatisfeitos com a aplicação da lógica formal às decisões humanas, partem do princípio de que a maior parte dos negócios humanos não se funda em demonstrações lógicas, mas em raciocínios contingentes, prováveis, possíveis. Sua nova retórica é uma volta a Aristóteles, para examinar as provas dialéticas elaboradas nos Tópicos e utilizadas na Retórica, que constituem as bases de um estudo das técnicas discursivas visando a obter a adesão dos espíritos. Perelman e Tyteca buscam um modelo de argumentação não formal no direito e no recurso aos precedentes que fornecem bases razoáveis para a tomada de decisões.

O que a linguística do discurso ou do uso faz é herdar a retórica. Isso significa que ela não a toma como uma doutrina fixa, que foi estabelecida na Antiguidade e só nos cabe aplicar. Isso é contra o ideal de ciência, que nunca estabelece a verdade e, por conseguinte, está continuamente em progresso. Ao reconhecer que existe uma retoricidade geral na linguagem, ou seja, uma dimensão argumentativa e uma dimensão tropológica em todo ato de linguagem, o que se admite é que a tradição retórica tem muito a nos ensinar. A retórica é o que perturba a gramática da língua e uma pretensa lógica da linguagem. Na oposição entre o verossímil e o verdadeiro, enfatiza-se o primeiro elemento. A verdade é efeito de sentido (aquele que foi estabelecido e, por conseguinte, tornou-se canônico, coercitivo). A objetividade é também efeito de sentido e, então, o discurso não é medido pela *adaequatio ad rem*, mas pela força persuasiva. Por isso, o desconstrucionismo filia-se à tradição retórica. O que constrói o discurso é o mecanismo de subversão da linguagem em toda a sua produtividade. O formalismo também tem uma filiação à retórica. Como diz Terry Eagleton,

A retórica, ou a teoria do discurso, partilha com o formalismo, o estruturalismo e a semiótica o interesse pelos dispositivos formais da linguagem, mas como a

teoria da recepção ela está também voltada para o que torna esses dispositivos eficazes em lugar de seu “consumo”; sua preocupação com o discurso como forma de poder e de desejo pode tirar lições da desconstrução e da psicanálise, e ela partilha com o humanismo liberal da convicção de que os discursos podem transformar os homens (1994, p. 206)

Como se vê, essa teoria do discurso herdeira da retórica tem uma diferença muito grande em relação à retórica antiga: a ausência das noções de arte, de instrumentalidade e de intencionalidade.

A consequência para o ensino de língua do fato de os estudos linguísticos não incorporarem a retórica foi que nossa escola sempre se preocupou mais com os processos de constituição da palavra, da sentença e do período do que com os procedimentos de elaboração textual. Depois que uma linguística do discurso se constitui é que o ensino da discursivização e da textualização ganha lugar na escola.

BIBLIOGRAFIA

AUSTIN, John Langshaw (1990). Quando dizer é fazer. Palavras e ação. Porto Alegre, Artes Médicas.

BENDER, John e WELLBERY, David E. (1990). The Ends of Rhetoric: History, Theory and Practice. Stanford: Stanford University Press.

BENVENISTE, Emile (1974). Problèmes de linguistique générale. v. 2. Paris: Gallimard.

BENVENISTE, Emile (1976). Problemas de linguística geral. v. 1. São Paulo: Nacional/ EDUSP.

CÍCERO, Marco Túlio (1921). L'orateur. Paris: Les Belles Lettres.

DUBOIS, Jean et alii (1974). Retórica geral. São Paulo: Cultrix/EDUSP.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1972.

EAGLETON, Terry (1994). Critique et théories littéraires: une introduction. Paris: PUF.

GREIMAS, A. J. e COURTES, J. (1979). Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris, Hachette

HUGO, Victor (1973). Les contemplations. Paris: Gallimard.

JAKOBSON, Roman (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris: Les Éditions de Minuit, tome I.

MCLUHAN, Marshall (1969). *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo: Cultrix.

MELO NETO, João Cabral (1989). *Antologia poética*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1970). *La nouvelle rhétorique. Traité de l'argumentation*. Paris:PUF.

QUINTILIANO, Marco Fábio (1978). *Institution oratoire*. Paris: Garnier.

RENER, Frederick M. (1989). *Interpretatio. Language and Translation from Cicero to Tytler*. Amsterdam/ Atlanta: Éditions Rodopi.

SAUSSURE, Ferdinand de (1969). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP.

VIEIRA, Antônio (1959). *Sermões*. Porto: Lello & Irmão, tomo IV.

ZILBERBERG, Claude (2006). *Síntese da gramática tensiva. Significação*. *Revista Brasileira de Semiótica*. São Paulo, ECA-USP/Annablume, 25: 163-204